

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores da
CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.
Salvador - Bahia**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Propriedades para investimentos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 07, a partir do exercício de 2021, a Companhia passou a adotar a política contábil de avaliação da propriedade para investimentos, exclusivamente para a Fazenda Campo Largo, pelo método do valor justo no montante de R\$ 152.226.103, no exercício de 2022 a avaliação da propriedade apresenta o montante de R\$ 161.824.453. Ocorre que, as demais propriedades para investimentos continuaram sendo avaliadas pelo método do custo, em desacordo ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento. Não foram quantificados os efeitos do não reconhecimento do valor justo para as demais propriedades mantidas para investimento.

Investimentos

A Companhia, em 01 de dezembro de 2020, adquiriu participação societária na empresa Norwind Energias Renováveis Ltda., registrando o valor total investido em uma conta específica no grupo de investimentos. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, devem ser segregados em contas distintas, na data de aquisição do investimento, o valor equivalente ao patrimônio líquido da empresa investida; a mais-valia ou menos-valia; e o ágio por rentabilidade futura (goodwill).



Auditamos as demonstrações financeiras da **Norwind Energias Renováveis Ltda.**, sobre as quais emitimos pareceres contendo ressalvas relacionadas aos seguintes assuntos: a) Projetos em execução; b) Investimentos; c) Contingências. Os possíveis reflexos desses assuntos não foram mensurados, consequentemente não estão contempladas nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, em função dos desfechos e reflexos dos assuntos mencionados nos referidos pareceres, o saldo da conta de investimentos e o patrimônio líquido da Companhia, poderiam ser afetados de forma relevante.

Contingências

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos tributários relacionados à cobrança do ITR – Imposto sobre propriedade rural, para os quais vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis. Contudo, alguns destes processos, particularmente os mais relevantes, ainda não apresentam uma definição clara quanto aos seus desfechos. Por esta razão, ficamos impossibilitados de concluir satisfatoriamente sobre a adequação do saldo da provisão para contingências no montante de R\$ 1.851.739.

Consolidação das demonstrações financeiras

A Companhia não está divulgando demonstrações financeiras consolidadas em conjunto ou separadamente às demonstrações individuais, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. Caso a Companhia tivesse apresentado demonstrações financeiras consolidadas, alguns elementos nas demonstrações financeiras teriam sido afetados. Os efeitos da não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Com exceção dos assuntos descritos na seção “base para opinião com ressalvas”, não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.



Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 (n), em decorrência do reconhecimento dos efeitos da equivalência patrimonial da participação societária, os valores correspondentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram também ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Outros assuntos

Alienação fiduciária

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a sociedade controlada NWE Energias do Brasil Participações Ltda. assinou, em dezembro de 2022, contrato com vista à emissão de até 35.000 notas comerciais não conversíveis em participação societária, com valor total de até R\$ 35.000.000, tendo sido emitida, em janeiro de 2023, a primeira tranche de 17.500 notas comerciais. Em garantia da operação, a Companhia celebrou contrato de alienação fiduciária do imóvel denominado Fazenda Campo Largo, tendo sido também assinado um contrato de alienação fiduciária de participações societárias, o qual tem por objeto 51% das ações da Companhia e das suas controladas, e um contrato de promessa de cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia e de suas controladas.”

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório, datado de 24 de fevereiro de 2022, contendo ressalvas relacionadas a: a) ausência de segregação da aquisição do investimento; b) ausência de exame por auditores independentes das demonstrações financeiras da empresa controlada; c) ausência de consolidação das demonstrações financeiras e d) Contingências, além de parágrafo de ênfase relativo a reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 24 de março de 2023.



AUDICONT - AUDITORES E CONSULTORES
CRC/BA - Nº 0568

LUIZ AUGUSTO FERNANDES DOURADO
CONTADOR - CRC/BA Nº 15.205

QUADRO I

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2022	2021 Reapresentado		Nota	2022	2021 Reapresentado
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.087.614	890.071	Fornecedores	9	2.701.818	2.944.049
Tributos a recuperar		1.477	276	Debêntures a pagar	10	1.834.953	1.036.389
Outras contas a receber		-	1.294	Obrigações tributárias		327.436	454.983
				Parcelamentos tributários	11	528.554	491.807
				Dividendos a pagar		983.017	-
				Acordos a pagar		-	68.000
Total do circulante		1.089.091	891.641	Total do circulante		6.375.778	4.995.228
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>			
Realizável a longo prazo				Operações com partes relacionadas	6	61.401.609	78.747.391
Contas a receber	5	65.202	16.565.919	Adiantamentos de clientes	12	25.785.763	24.524.835
Operações com partes relacionadas	6	13.972.398	4.523.468	Debêntures a pagar	10	20.811.700	17.509.991
				Parcelamentos tributários	11	514.640	1.007.073
				Tributos diferidos	13	10.884.786	10.238.817
				Provisão para contingências	14	1.851.739	2.148.867
		14.037.600	21.089.387			121.250.237	134.176.974
Investimentos				<u>Patrimônio líquido</u>			
Propriedades para investimentos	7	166.368.502	156.770.152	Capital social	15	12.020.001	12.020.001
Participações societárias	8	12.178.392	7.791.276	Reservas de lucros	16	54.027.569	35.350.253
Total do não circulante		192.584.494	185.650.815	Total do patrimônio líquido		66.047.570	47.370.254
TOTAL DO ATIVO		193.673.585	186.542.456	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		193.673.585	186.542.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em reais, excluídos os centavos)**

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u> <u>Reapresentado</u>
Receita operacional bruta			
De arrendamentos de terrenos	17	10.721.140	9.501.593
		10.721.140	9.501.593
Deduções sobre receitas		(391.322)	(346.807)
Resultado bruto		10.329.818	9.154.786
(Despesas) receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	18	(1.333.190)	(4.351.361)
Tributárias		(92.023)	(43.639)
Equivalência patrimonial	08	377.115	(2.790.763)
Ajuste a valor justo	19	8.952.381	-
Outras receitas (despesas) operacionais		10.000	-
Total das (despesas) receitas operacionais		7.914.283	(7.185.763)
Lucro antes do resultado financeiro		18.244.101	1.969.023
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	20	17.560.987	963.132
Despesas financeiras	20	(15.001.131)	(6.030.260)
		2.559.856	(5.067.128)
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda		20.803.957	(3.098.105)
Contribuição social	21	(309.077)	(273.947)
Imposto de renda	21	(834.547)	(736.963)
Lucro (Prejuízo) do exercício		19.660.333	(4.109.015)
Lucro (Prejuízo) por ação do capital social no final do exercício		R\$ 1,64	R\$ (0,34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, excluídos os centavos)

	2022	2021
		Reapresentado
Lucro (Prejuízo) do exercício	19.660.333	(4.109.015)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	19.660.333	(4.109.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - Divulgação original		12.020.001	2.404.000	37.078.599	-	51.502.600
Ajustes de exercícios anteriores	2. n)			(23.331)		(23.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado		12.020.001	2.404.000	37.055.268	-	51.479.269
Prejuízo do exercício					(1.052.600)	(1.052.600)
Absorção de prejuízos				(1.052.600)	1.052.600	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Divulgação original		12.020.001	2.404.000	36.002.668	-	50.426.669
Resultado de equivalência patrimonial - Norwind	2. n)			(3.056.415)		(3.056.415)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado		12.020.001	2.404.000	32.946.253	-	47.370.254
Lucro do exercício					19.660.333	19.660.333
Distribuição de dividendos	16				(983.017)	(983.017)
Retenção do lucro				18.677.316	(18.677.316)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		12.020.001	2.404.000	51.623.569	-	66.047.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, excluídos os centavos)

	2022	2021 Reapresentado
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Lucro (Prejuízo) do exercício	19.660.333	(4.109.015)
Ajustado por:		
Provisão para contingências	(297.128)	1.112.750
Atualização monetária, líquida	2.804.001	4.090.093
Variação cambial, líquida	(7.242.758)	(811.223)
Ajustes a valor justo	(8.952.381)	-
Equivalência patrimonial	(377.115)	2.790.763
	5.594.952	3.073.368
Variações nos ativos - (aumento) redução		
Tributos a recuperar	(1.201)	
Outras contas a receber	1.294	(1.201)
	93	(1.201)
Variações nos passivos - (redução) aumento		
Fornecedores	107.822	(52.231)
Obrigações tributárias e parcelamentos	(672.433)	(190.803)
Dividendos a pagar	-	-
Acordos a pagar	(68.000)	(270.000)
	(632.611)	(513.034)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.962.434	2.559.133
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>		
Empréstimos a empresas ligadas, líquidos dos recebimentos	(9.448.930)	(2.185.200)
Contas a receber	14.538.695	-
Participações societárias	(4.010.000)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos	1.079.765	(2.185.200)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>		
Empréstimos de empresas ligadas, líquidos dos pagamentos	(8.491.055)	1.000.000
Adiantamento de clientes	(178.024)	-
Operações com debêntures		
Captação de recursos	4.000.000	-
Amortizações	(1.175.577)	(942.981)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	(5.844.656)	57.019
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	197.543	430.952
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	890.071	459.119
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.087.614	890.071
	197.543	430.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Campo Largo Patrimonial S.A. ou “Companhia”, com sede em Salvador, é uma sociedade por ações, subordinada aos termos da Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem por objeto social a compra e venda de imóveis próprios, o aluguel de imóveis próprios, o loteamento de imóveis próprios, a gestão e administração de propriedade imobiliária.

A Campo Largo é uma controlada da Biobrax Energias Renováveis Portugal Ltda., companhia situada na Cidade de Lisboa, Portugal.

Em 27 de junho de 2016, foi protocolada a incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda., tendo por base o balanço patrimonial em 31 de maio de 2016 e laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Com a incorporação da empresa Biobrax Energias Renováveis Ltda, o patrimônio líquido da Campo Largo Patrimonial S.A. que era positivo em R\$ 8.779.673, em 31 de dezembro de 2015, passou a ser negativo em R\$ 45.738.267, sem qualquer interferência direta da atividade normal e operacional da Companhia. Em decorrência da avaliação do valor justo da Fazenda Campo Largo e da reapresentação dos saldos comparativos, em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido passou de negativo em R\$ 75.907.225 para positivo em R\$ 51.502.600.

O reflexo da variação cambial negativa representou impacto significativo nos resultados acumulados e no Patrimônio Líquido da Companhia, com um total aproximado R\$ 61.697.719 (R\$ 22.002.939 decorrente da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda, e R\$ 39.694.780 acumulado até o exercício de 2021).

Neste contexto, importa ressaltar que o Real foi a moeda que perdeu maior valor de mercado a nível mundial no exercício de 2020, com baixa recuperação nos exercícios de 2021 e 2022.

A Campo Largo Patrimonial S.A, pela natureza do seu investidor estrangeiro, apresenta uma forte sensibilidade às variações cambiais, sem que as mesmas reflitam a evolução da sua atividade, que se tem mantido, ao longo dos últimos anos, operacionalmente positiva.

De modo a melhor traduzir o valor do Patrimônio da Companhia, revertendo esta situação contábil, os sócios acionistas contrataram, nos exercícios de 2021 e 2022, empresa especializada para determinar e reconhecer contabilmente a atualização do valor justo da Fazenda Campo Largo classificada em conta de propriedade para investimentos. Ademais, a Administração entende que não há risco de continuidade das atividades operacionais.

Por outro lado, a atividade operacional tem se consolidado e assim continuará nos próximos anos, à luz dos contratos de cessão de uso de longo prazo assinados com a ENGIE Brasil Energia S.A para a obtenção de receitas provenientes da exploração de energia eólica e solar, contratos esses que estipulam rendas crescentes para os próximos anos.

Vale ressaltar que a pandemia teve impacto na atividade operacional da Companhia, devido ao atraso na instalação da fase 2 do projeto eólico de abril para setembro de 2021.

Por outro lado, o principal passivo decorre de transações com partes relacionadas (acionista), que mantém o compromisso de não os cobrar enquanto o câmbio não retornar a níveis do exercício 2019.

Medidas anteriormente referidas já adotadas – de atualização do valor das Fazendas a valor de mercado, e ainda o compromisso de não cobrança dos créditos decorrentes dos mútuos, sem ter ocorrido uma valorização do Real para níveis anteriores aos do exercício de 2019, bem como a continuidade da atividade trará resultados anuais positivos e relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2023.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos regulamentadores e requer que a Administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor recuperável de ativos, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicáveis, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

d) Propriedade para investimentos

A Companhia classifica como propriedade para investimentos as fazendas que são mantidas com objetivo de arrendamento, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

A propriedade para investimentos é mantida para obter renda e para valorização do capital ou para ambas e, por isso é classificada no subgrupo investimentos, dentro do ativo não circulante. Conforme facultado pela normativa contábil, a partir do exercício de 2021, a Companhia adotou como sua política contábil o método do valor justo para mensurar sua propriedade para investimentos relativa a Fazenda Campo Largo.

Nesta base, foi definido o seguinte conjunto de premissas para determinar o valor justo da Fazenda Campo Largo:

- Metodologia aplicada: Fluxos de caixa descontado;
- Técnica de avaliação empregada: Abordagem da receita;
- Taxa de desconto utilizada: Taxa de 11% antes dos tributos, equivalente ao custo médio ponderado de capital, considerando a média observada em empresas que atuam no segmento de energia semelhante à Companhia;
- Período de projeção: Janeiro de 2022 a Dezembro de 2063;
- Rendas eólicas: Considera a expectativa de geração de receitas com base nos direitos de exploração de 882,80 MW's (Megawatt) conforme contratos de cessão firmados com a Engie Brasil Energia S.A, os quais preveem rendas mínimas;
- Rendas solares: Considera a expectativa de geração de receitas com base nos direitos de exploração de 440 MW's (Megawatt) conforme contrato de cessão firmado com a Engie Brasil Energia S.A, os quais preveem rendas mínimas;
- Cenários: Foram considerados 03 cenários para projeção das receitas (pessimista, otimista e provável);

- Fases dos projetos: Foi considerada na projeção, a metodologia de mensuração da receita com base nas fases do projeto de exploração, conforme assim pode ser demonstrado:

➤ **Energia eólica:**

Fase	Capacidade (MW)	Início
I	326,70	Jun/2016
II	361,20	Set/2021
III	84,90	Jan/2024
IV	110,00	Jan/2024
Sub total	882,80	
V (*)	250,00	Jul/2026
Total	1.132,80	

(*) Por utilizar critérios conservadores, não foram consideradas receitas oriundas da fase V.

➤ **Energia solar:**

Fase	Capacidade (MW)	Início
I	200,00	Jan/2024
II	200,00	Jul/2026
Total	400,00	

As demais propriedades para investimentos continuam avaliadas pelo método de custo.

e) Investimentos

O resultado da equivalência patrimonial do investimento em controlada é registrado, avaliado e reconhecido no resultado do exercício, com base nas demonstrações financeiras da investida elaboradas na mesma data, por meio de práticas consistentes com as práticas da Companhia.

f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso o pagamento devido após o exercício subsequente, são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

g) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento de propriedade no curso normal das atividades da Companhia. A receita bruta é apresentada deduzida dos tributos, abatimentos e os respectivos descontos. Os tributos incidentes sobre as receitas estão apresentados deduzidos dos respectivos créditos tributários. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão.

- **Receita de aluguel de propriedade para investimentos**

A receita de aluguel de propriedade para investimentos é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total pelo período do arrendamento.

- **Receitas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

h) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

i) Moeda estrangeira

- **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, excluídos os centavos, que é a moeda funcional da Companhia, e também, sua moeda de apresentação.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são reconhecidas no Resultado do Exercício. A Companhia não efetuou revisão do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l) Arrendamentos

A Companhia avaliou a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos na condição de arrendatária e arrendadora nos termos listados a seguir:

▪ Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatária

A Companhia não possui contratos nos quais figure como arrendatária.

(ii) Como arrendadora

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Entidade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

A Companhia não possui contratos em que atue como uma arrendadora intermediária.

A Campo Largo reconhece os recebimentos de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis pela Companhia como arrendadora no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2).

A Companhia arrenda um de seus principais ativos, que é Fazenda Campo Largo, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia não é requerida a fazer ajustes na transição para o CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador.

A Companhia aplica o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento operacional.

m) Contribuição social e Imposto de renda corrente e diferido

As despesas de Contribuição social e Imposto de renda do período compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com as regras aplicáveis ao lucro presumido.

O encargo de contribuição social e imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

n) Reapresentação dos saldos comparativos de exercício anterior

No exercício de 2022, a Companhia efetuou o reconhecimento de equivalência patrimonial da empresa Norwind Energias renováveis Ltda., referente a ajustes contábeis do exercício de 2021 no montante de R\$ 3.056.415, e R\$ 23.331, referente a outros exercícios. Diante disso, as demonstrações financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas. Para cumprimento do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia adotou o seguinte procedimento:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

ATIVO

	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes retrospectivos</u>	<u>Saldos reapresentados</u>
<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	890.071	-	890.071
Tributos a recuperar	276	-	276
Outras contas a receber	1.294	-	1.294
Total do circulante	<u>891.641</u>	<u>-</u>	<u>891.641</u>
<u>Não circulante</u>			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	16.565.919	-	16.565.919
Operações com partes relacionadas	4.546.741	(23.273)	4.523.468
	<u>21.112.660</u>	<u>(23.273)</u>	<u>21.089.387</u>
Investimentos			
Propriedades para investimentos	156.770.152	-	156.770.152
Participações societárias	10.847.691	(3.056.415)	7.791.276
Total do não circulante	<u>188.730.503</u>	<u>(3.079.688)</u>	<u>185.650.815</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>189.622.144</u>	<u>(3.079.688)</u>	<u>186.542.456</u>

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes retrospectivos	Saldos reapresentados
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	2.943.991	58	2.944.049
Debêntures a pagar	1.036.389	-	1.036.389
Obrigações tributárias	454.983	-	454.983
Parcelamentos tributários	491.807	-	491.807
Acordos a pagar	68.000	-	68.000
Total do circulante	4.995.170	58	4.995.228
<u>Não circulante</u>			
Operações com partes relacionadas	78.747.391	-	78.747.391
Adiantamentos de clientes	24.524.835	-	24.524.835
Debêntures a pagar	17.509.991	-	17.509.991
Parcelamentos tributários	1.007.073	-	1.007.073
Tributos diferidos	10.238.817	-	10.238.817
Provisão para contingências	2.148.867	-	2.148.867
	134.176.974	-	134.176.974
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12.020.001	-	12.020.001
Reserva de lucros	38.429.999	(3.079.746)	35.350.253
Total do patrimônio líquido	50.450.000	(3.079.746)	47.370.254
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	189.622.144	(3.079.688)	186.542.456

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes retrospectivos	Saldos reapresentados
Receita operacional bruta			
De arrendamentos de terrenos	9.501.593	-	9.501.593
	9.501.593		9.501.593
Deduções sobre receitas	(346.807)	-	(346.807)
Resultado bruto	9.154.786	-	9.154.786
(Despesas) receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	(4.351.361)	-	(4.351.361)
Tributárias	(43.639)	-	(43.639)
Equivalência patrimonial	265.652	(3.056.415)	(2.790.763)
Total das (despesas) receitas operacionais	(4.129.348)	(3.056.415)	(7.185.763)
Lucro antes do resultado financeiro	5.025.438	(3.056.415)	1.969.023
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	963.132	-	963.132
Despesas financeiras	(6.030.260)	-	(6.030.260)
	(5.067.128)	-	(5.067.128)
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(41.690)	(3.056.415)	(3.098.105)
Contribuição social	(273.947)	-	(273.947)
Imposto de renda	(736.963)	-	(736.963)
Prejuízo do exercício	(1.052.600)	(3.056.415)	(4.109.015)

3. GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão do risco de capital

A Administração da Companhia administra seu capital, para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

- **Estrutura do gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

- c) Risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

- d) Risco de liquidez**

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

- e) Risco de mercado**

- **Risco de taxa de câmbio**

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio tais como: contas a pagar com fornecedores e empréstimo junto a empresas ligadas.

Atualmente, a Companhia não está coberta contra variações na taxa de câmbio e não tem sido prática operar com derivativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	1	1
Bancos conta movimento		
Banco Paulista	96.167	841.617
Bradesco S.A.	1	1
Banco Oliveira Trust	1.201	-
Aplicação financeira		
Bradesco S.A - (a)	990.244	48.452
	1.087.614	890.071

(a) Refere-se, basicamente, a aplicação financeira em renda fixa de liquidez imediata, remunerada pela variação do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	2022	2021
Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.	-	16.500.717
Outros	65.202	65.202
	65.202	16.565.919

Os saldos das contas a receber são decorrentes da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda.

Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda.

No exercício de 2022, a Companhia realizou o saldo a receber referente a venda para a Biobrax Energias Renováveis Portugal, Ltda. da participação societária da Biobrax Energias Renováveis Ltda. na Campo Largo Patrimonial Ltda. no montante em euros de € 2.611.410.

6. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS LIGADAS

	ATIVO	
	2022	2021
Norwind Energias Renováveis Ltda.	3.521.878	658.252
Quifel Energy Brasil Gestão Empresarial Ltda.	4.100.715	3.865.216
NWE Energias do Brasil	6.349.805	-
D-3 Patrimonial Ltda.	-	23.273
	13.972.398	4.546.741

	PASSIVO	
	2022	2021
Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda.	58.043.262	74.935.828
Quifel Natural Resources S.A.	3.358.347	3.811.563
	61.401.609	78.747.391

Os empréstimos foram concedidos através de mútuos, sem cobrança de encargos financeiros.

	RESULTADO	
	2022	2021
Norwind Energias Renováveis Ltda.	365.355	1.461.420
	365.355	1.461.420

Norwind Energias Renováveis Ltda.

A Companhia, através da conversão do Instrumento Particular de Contrato de Mútuo celebrado entre Campo Largo Patrimonial S/A e Norwind Energias Renováveis Ltda. ME, em 01 de dezembro de 2020, aumentou o investimento no capital social da Norwind Energias Renováveis Ltda. ME em R\$ 4.249.500, resultando na redução do saldo de empréstimo.

Em 03 de dezembro de 2021, houve novo investimento no capital social da Norwind Energias Renováveis Ltda. em R\$ 8.900.000, resultando na redução do saldo de empréstimo.

No exercício de 2021, a Companhia firmou contrato com a Norwind Energias Renováveis Ltda. ME para prestação de serviços de engenharia, consultoria em questões de sustentabilidade e assessoria em projetos de meio ambiente. O valor mensal do contrato monta a, aproximadamente, R\$ 120.000 e foram registrados no grupo de despesas gerais e administrativas.

Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

Refere-se, basicamente, à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes de operações de empréstimos em Euros no montante de € 10.427.058 em 31 de dezembro de 2022 (Em 31 de dezembro de 2021 € 11.855.059).

Quifel Natural Resources S.A.

Refere-se à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes de operações de empréstimos em Euros no montante de € 603.000 em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NWE Energias do Brasil

A Companhia formalizou contrato de mútuo com a NWE Energias do Brasil, em 03 de setembro de 2022, com limite de crédito de R\$ 6.600.000, sem incidência de encargos financeiros, que deverá ser quitado em até 10 meses a partir da data da assinatura do contrato.

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

	2022	2021
Fazenda Campo Largo	161.824.453	152.226.103
Fazenda Boa Sorte	2.680.560	2.680.560
Fazenda Várzea	1.800.000	1.800.000
Fazenda São Mauricio	63.489	63.489
	166.368.502	156.770.152

Fazenda Campo Largo

No exercício de 2016, a Companhia transferiu o saldo constante no grupo do imobilizado para o grupo de investimentos. A propriedade atende aos requisitos necessários previstos no pronunciamento técnico CPC 28 – Propriedade para investimentos, tendo sido registrada pelo custo de aquisição.

No exercício de 2022, a Companhia contratou empresa especializada para efetuar a avaliação do valor justo da Fazenda Campo Largo que, de acordo com o laudo emitido pela Capital Invest, foi avaliada em R\$ 161.824.453 (Em 2021 R\$ 152.226.103).

Fazenda Boa Sorte, Fazenda Várzea e Fazenda São Mauricio

No exercício de 2016, a Companhia transferiu o saldo constante no grupo do imobilizado para o grupo de investimentos. As propriedades atendem aos requisitos necessários previstos no pronunciamento técnico CPC 28 – Propriedade para investimentos, tendo sido registradas pelo custo de aquisição.

8. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	2022	2021
Norwind Energias Renováveis Ltda.	8.386.131	7.791.276
NWE Energias do Brasil Participações Ltda.	3.792.261	-
	12.178.392	7.791.276

Norwind Energias Renováveis Ltda.

Em 2022

Capital social	13.900.000
Percentual de participação	94,60%
Patrimônio líquido em 31/12/2022	8.864.832
Saldos do investimento em 2021 – Reapresentado	7.792.276
Equivalência patrimonial	594.855
Saldos dos investimentos em 2022	8.386.131

Em 2021

Capital social	13.900.000
Percentual de participação	94,60%
Patrimônio líquido em 31/12/2021	11.466.904
Saldos do investimento em 2020 – Divulgação original	4.249.500
Ajuste de exercício anterior	(2.567.461)
Saldos do investimento em 2020 – Reapresentado	1.682.039
Aumento de investimento	8.900.000
Equivalência patrimonial	265.652
Saldos dos investimentos em 2021 – Divulgação original	10.847.691
Ajuste de exercício anterior	(3.056.451)
Saldos do investimento em 2021 – Reapresentado	7.791.276

No exercício de 2021, a Companhia efetuou a integralização de capital na controlada, através da conversão de contrato de mútuo entre as partes, no montante de R\$ 8.900.000.

NWE Energias do Brasil Participações Ltda.

Em 26 de agosto de 2022, a Companhia efetuou a integralização de capital para constituição da empresa, com recursos próprios, no montante de R\$ 10.000, referente a 100% do capital social.

Em 24 de outubro de 2022, a Companhia liberou recurso no montante de R\$ 4.000.000 a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) para conversão no capital social até 30 de abril de 2023.

Em 2022

	NWE Brasil
Capital social	10.000
Percentual de participação	100%
Patrimônio líquido em 31/12/2022	3.792.260
Saldos do investimento em 2021	-
Aquisição de investimento	10.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000.000
Equivalência patrimonial	(217.739)
Saldos dos investimentos em 2022	3.792.261

9. FORNECEDORES

	2022	2021
Quifel Natural Resources S.A.	2.593.913	2.943.966
Outros	107.905	83
	2.701.818	2.944.049

Quifel Natural Resources S.A.

Saldo referente a prestação de serviços para Biobrax Energias Renováveis Ltda. transferido para a Campo Largo através do processo de incorporação. Os valores são decorrentes de transações em Euros no montante de € 465.744 em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10. DEBÊNTURES A PAGAR

	2022	2021
Debêntures a pagar (1ª emissão)	13.838.770	14.061.880
Debênture a pagar (2ª emissão)	5.343.876	5.072.998
Notas comerciais	4.000.000	-
(-) Custos na emissão de debêntures	(535.993)	(588.498)
	22.646.653	18.546.380
Passivo circulante	1.834.953	1.036.389
Passivo não circulante	20.811.700	17.509.991

Debêntures a pagar (1ª emissão)

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 14.000.000, na data da emissão, refere-se a 14.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 9,75% ao ano, acrescida da variação do IPCA/IBGE e prazo de vencimento de 120 meses a contar da data de emissão. As debêntures serão amortizadas mensalmente em 117 parcelas, a partir de janeiro de 2019.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.

Debêntures a pagar (2ª emissão)

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de julho de 2019, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 4.500.000, na data da emissão, refere-se a 4.500 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 9,00% ao ano, acrescida da variação do IPCA/IBGE e prazo de vencimento de 123 meses a contar da data de emissão. O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 87 (oitenta e sete) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento em 21 de novembro de 2019 e o último em 21 de novembro de 2029.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.

Notas comerciais (1ª emissão)

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a 1ª emissão de notas comerciais, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 4.000.000, na data da emissão, refere-se a 4.000 notas comerciais, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 11,00% ao ano, acrescida da variação do IPCA/IBGE e prazo de vencimento de 2.562 dias a contar da data de emissão. O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento em 23 de janeiro de 2023 e o último em 21 de dezembro de 2029.

Para a garantia da operação de emissão das notas comerciais, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.

11. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	2022	2021
Parcelamento Lei nº 11.941/2009	946.302	1.384.554
Outros	96.892	114.326
	1.043.194	1.498.880
Passivo circulante	528.554	491.807
Passivo não circulante	514.640	1.007.073

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009

O saldo é referente ao parcelamento de débitos de ITR da Biobrax Agrícola Ltda. transferido para a Campo Largo, no exercício de 2014, através do processo de incorporação da Companhia.

No exercício de 2009, a Biobrax Agrícola Ltda., protocolou junto à Secretaria da Receita Federal, termo de opção pelo Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

O Refis IV destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no parcelamento previsto no art. 38, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 e no parcelamento previsto no art. 10, da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, além da possibilidade de pagamento à vista dos débitos. Em 21 de novembro de 2009, os débitos foram consolidados e suas parcelas estão sendo pagas respeitando as datas de vencimento.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontra-se composto da seguinte forma:

Quantidade de parcelas restantes:				
Total de parcelas consolidadas	2022	2021	2022	2021
160	22	34	946.302	1.384.554
Total			946.302	1.384.554

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2022	2021
CLWP Eólica Parque I Ltda.	2.184.401	2.098.653
CLWP Eólica Parque II Ltda.	2.355.468	2.259.341
CLWP Eólica Parque III Ltda.	2.157.050	2.036.865
CLWP Eólica Parque IV Ltda.	2.156.342	2.036.196
CLWP Eólica Parque V Ltda.	2.156.318	2.036.174
CLWP Eólica Parque VI Ltda.	2.171.613	2.050.616
CLWP Eólica Parque VII Ltda.	2.171.613	2.050.616
CLWP Eólica Parque XI Ltda.	375.759	354.823
CLWP Eólica Parque XII Ltda.	375.759	354.823
CLWP Eólica Parque XIII Ltda.	375.759	354.823
CLWP Eólica Parque XV Ltda.	2.370.544	2.273.092
CLWP Eólica Parque XVI Ltda.	2.380.890	2.283.918
CLWP Eólica Parque XVIII Ltda.	2.382.634	2.284.278
CLWP Eólica Parque XXI Ltda.	2.171.613	2.050.617
	25.785.763	24.524.835

A Companhia recebeu adiantamentos dos arrendatários das áreas onde estão sendo construídos os parques eólicos. Esses adiantamentos são atualizados pela IPCA/IBGE e serão compensados pelo período de 13 anos, dos valores mensais futuros a serem faturados.

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2022	2021
COFINS	4.854.734	4.566.783
IRPJ	3.230.489	3.038.522
CSLL	1.747.704	1.644.042
PIS	1.051.859	989.470
	10.884.786	10.238.817

A constituição do tributo diferido está relacionada ao ganho proveniente da avaliação do valor justo da propriedade mantida para investimentos Fazenda Campo Largo, de acordo com as regras aplicáveis ao lucro presumido.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui contingências advindas do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes envolvidos, de acordo com processos cuja probabilidade de perda é possível, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:

Natureza	Expectativa de perda		Total
	Provável	Possível	
Cível	70.584	-	70.584
Tributária	-	12.942.279	12.942.279
	70.584	12.942.279	13.012.863

ITR – Imposto sobre propriedade rural

Os autos, lavrados pela Delegacia da Receita Federal, referem-se a cobrança de débitos de ITR, do período compreendido entre 2007 à 2011.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio líquido.

Provisão para honorários advocatícios

A Companhia tem acordo firmado com os assessores jurídicos para pagamento de honorários advocatícios dos processos cuja expectativa de perda é possível ou remota. Diante disso, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é provável que haja desembolso de recursos vinculados a essas demandas judiciais no montante de R\$ 1.851.739, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Honorários advocatícios sobre contingências cíveis	1.534.055	1.769.064
Honorários advocatícios sobre contingências tributárias	388.268	379.803
	1.851.739	2.148.867

Processo	Valor estimado – R\$
Cíveis	
0000700-85.2012.805.0245	365.659
0000617-69.2012.8.05.0245	365.659
0000297-53.2011.805.0245	97.692
0000734-26.2013.8.05.0245	344
8000087-50.2017.8.05.0245	400.000
8000066-06.2019.8.05.0245	100.000
8000567-91.2018.8.05.0245	60.000
8000566-09.2018.8.05.0245	60.000
0516475-97.2016.8.05.0001	14.117
Tributário	
10530.724.011/2014-58	167.190
10530.724.012/2014-01	63.547
10530.724.360/2014-70	157.531
Total	1.851.739

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está representado por 12.020.001 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

16. RESERVAS DE LUCROS

Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social, conforme determina o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos é realizada com base em 5% do lucro líquido do exercício, definido no inciso II, do art. 24 do estatuto social da Companhia, deduzido as parcelas referentes à constituição das reservas previstas nos artigos 193 e 195 da Lei das Sociedades Anônimas.

Retenções de Lucros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com base na Lei das Sociedades Anônimas, o lucro do exercício foi transferido para a rubrica “Retenção de lucros”.

17. RECEITAS DE ARRENDAMENTOS

	2022	2021
Arrendamentos de terrenos	10.721.140	9.501.593
	10.721.140	9.501.593

As receitas são decorrentes de 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica na Fazenda Campo Largo. Os contratos possuem vencimento em 2063.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Consultoria técnica	655.807	1.814.529
Assessoria jurídica	548.606	763.618
Serviços contratados	334.631	252.078
Serviço de recrutamento e seleção	-	136.599
Provisão para contingências	(297.128)	1.112.750
Desapropriação	-	175.000
Outros	91.274	96.787
	(1.333.190)	4.351.361

Consultoria técnica

A rubrica contém valores relativos ao contrato de prestação de serviços firmado com a Norwind Energias Renováveis Ltda, conforme descrito na Nota Explicativa nº 06.

19. AJUSTE A VALOR JUSTO

	2022	2021
Ajuste a valor justo	9.598.350	-
Cofins	(287.951)	-
IRPJ	(191.967)	-
CSLL	(103.662)	-
Pis	(62.389)	-
	8.952.381	-

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	17.557.507	959.812
Outros	3.480	3.320
	17.560.987	963.132
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	10.314.749	123.158
Atualização monetária	4.583.704	5.850.055
Outros	102.678	57.047
	15.001.131	6.030.260

Os saldos das contas a pagar e a receber em moeda estrangeira foram, significativamente, impactados pela oscilação cambial ocorrida no exercício de 2022 de, aproximadamente, 12% (Em 2021, 1%). Em 31 de dezembro de 2022, Euro €1 correspondia a R\$ 5,5665 (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 6,3210).

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Exercício de 2022 – Lucro presumido					
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Receitas de arrendamentos	2.600.126	2.826.517	2.545.578	2.748.919	10.721.140
<i>Percentual de presunção</i>	32%	32%	32%	32%	
Base de cálculo presumida	832.040	904.486	814.585	879.654	3.430.765
Outras receitas	881	1.124	1.093	326	3.423
Base de cálculo total	832.921	905.609	815.678	879.980	3.434.188
Alíquota oficial do tributo – IRPJ	15%	15%	15%	15%	
Adicional – IRPJ	10%	10%	10%	10%	
Alíquota oficial do tributo – CSLL	9%	9%	9%	9%	
Imposto de renda corrente	202.230	220.403	197.919	213.995	834.547
Contribuição social corrente	74.963	81.505	73.411	79.198	309.077

Exercício de 2021 – Lucro presumido

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Receitas de arrendamentos	2.004.201	2.015.763	2.018.408	3.463.221	9.501.593
<i>Percentual de presunção</i>	32%	32%	32%	32%	
Base de cálculo presumida	641.344	645.044	645.891	1.108.231	3.040.510
Outras receitas	795	1.047	1.119	380	3.341
Base de cálculo total	642.139	646.091	647.010	1.108.611	3.043.851
Alíquota oficial do tributo – IRPJ	15%	15%	15%	15%	
Adicional – IRPJ	10%	10%	10%	10%	
Alíquota oficial do tributo – CSLL	9%	9%	9%	9%	
Imposto de renda corrente	154.535	155.523	155.753	271.152	736.963
Contribuição social corrente	57.793	58.148	58.231	99.775	273.947

22. OUTROS ASSUNTOS

Garantia prestada em benefício da sua controlada NWE Energias do Brasil Participações Ltda.

Em dezembro de 2022, foi assinado pela sua controlada NWE Energias do Brasil Participações Ltda, instrumento particular da 1ª (Primeira) emissão de notas comerciais, com garantias reais e fidejussória, emitidas em série única, não conversíveis em participação societária, destinadas para colocação privada, com vista à emissão de 35.000 (trinta e cinco mil) notas comerciais, não conversíveis em participação societária, com valor total de até R\$ 35.000.000.

Em janeiro de 2023, após o cumprimento de um conjunto de condições precedentes, foi adquirida pela Clave Special Opportunities I – Fundo De Investimento Multimercado Crédito Privado, a primeira tranche de 17.500 (dezassete mil e quinhentas) notas comerciais, com um valor total de R\$ 17.500.000.

Em garantia da operação acima indicada a Companhia celebrou contrato de alienação fiduciária do imóvel denominado Fazenda Campo Largo, bem como suas construções civis e benfeitorias, presentes e futuras. Ainda em garantia da operação, foi celebrado contrato de alienação fiduciária de participações societárias, o qual tem por objeto 51% das ações da Companhia e das suas controladas, bem como contrato promessa de cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia e de suas controladas.”
